

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- IPPUR, UFRJ.

Curso de Especialização em Políticas e Planejamento urbano

THAIS VIANA SANTOS VALLECILO

DO ITINERÁRIO URBANO DAS TRAVESTIS NA LAPA À CASA NEM:
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E LUTA NA SOCIEDADE
CARIOCA.

Orientadora: professora dra. Soraya Silveira Simões

Rio de Janeiro
2017

THAIS VIANA SANTOS VALLECILO

DO ITINERÁRIO URBANO DAS TRAVESTIS NA LAPA À CASA NEM:
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E LUTA NA SOCIEDADE
CARIOCA.

Artigo apresentado ao curso de Políticas e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista, no ano de 2017.

Rio de Janeiro
2017

*Dedico esse trabalho àquele que
acompanhou o começo dessa jornada.
Ao Rômulo Cicarino, meu melhor amigo,
cuja presença espiritual me transfere
forças para caminhar.*

Do itinerário urbano das travestis na Lapa à Casa Nem: reflexões sobre o espaço de resistência e luta na sociedade carioca.

From the urban transvestites itinerary in Lapa to Casa Nem: reflections about the resistance space and struggle in Rio de Janeiro's society.

Thais Viana Santos Vallecilo

Resumo

O artigo é resultado de um breve estudo sobre as travestis da Lapa, Rio de Janeiro, com o objetivo principal de apresentar a Casa Nem, projeto criado nesse bairro que busca acolher travestis, transexuais e demais pessoas LGBT's em situação de risco social.

Para melhor contextualizarmos a construção da Lapa como "território das travestis" na cidade do Rio de Janeiro, abordaremos esse setor boêmio da cidade, a partir de um estudo realizado pelo antropólogo Helio R. da Silva junto *aos* travestis da Lapa.

Em seguida apresentaremos algumas transformações ocorridas após a reabertura política, a partir da ação dos movimentos sociais, em particular aquele promovido por travestis pelas conquistas de novos espaços no cenário político e social.

Através desse roteiro, expomos a transformação histórica da Lapa, as relações de sociabilidade empreendidas pelos atores que por ali circulam e, finalmente, uma descrição sintética da Casa Nem e sua importância para a cidade e para suas moradoras, a partir de suas próprias falas.

Palavras-chave: Travesti, Casa Nem, Lapa.

Abstract

The article is the result of a brief study about transvestites in Lapa, Rio de Janeiro, with the main objective of presenting Casa Nem, a project created in this neighborhood by a transsexual militant who seeks to welcome transvestites, transsexuals and other LGBT people at social risk.

To contextualize the construction of Lapa as a "transvestites territory" in the city of Rio de Janeiro, we will approach this bohemian sector of the city, based on a study conducted by the anthropologist Helio R. da Silva with Lapa transvestites.

Next we will present some transformations that occurred after the political reopening, starting from the action of the social movements, in particular that promoted by transvestites for the conquest of new spaces in the political and social scene.

Through this script, we expose the historical transformation of Lapa, the relations of sociability proposed by the actors that circulate there, and finally, a synthetic description of the Casa Nem and its importance for the city and their inhabitants, from their own lines.

Keywords: Transvestite, Casa Nem, Lapa.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 Breve histórico sobre o fenômeno travesti	9
1.1 Ganhando o espaço público: o direito de ser ela.....	11
1.2 Segundo round: afinando e ampliando a voz	12
1.3 Século XXI: o surgimento das políticas públicas para travestis e o ressurgimento dos discursos reacionários.....	14
2 TRANS AÇÃO na Lapa: trajetórias de luta e transformações sociais, políticas e urbanas na cidade do Rio de Janeiro.....	16
3 Casa Nem: acolhimento, luta e resistência	22
Referências Bibliográficas	27

INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se a estudar o bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, um lugar que figura no imaginário urbano carioca como sendo boêmio, noturno, povoado por personagens do mundo da prostituição, da malandragem, da música, da literatura e, em meio a tudo isso, aquelas figuras-esfinges das calçadas: as travestis. A Lapa, portanto, é um lugar, para muitos, de passagem ou de diversão e aventura, que dura o período de uma noite, mas também um lugar onde essa noite aparece como momento de trabalho, e onde o dia é o horário do repouso, da moradia daqueles que não se deslocam dali para nenhum outro bairro para, então, “residir”. Entre todo o vasto e diversificado universo de habitantes da Lapa, talvez sejam as travestis as que mais se fizeram presentes ao longo de sua história. Podemos sugerir que sua imagem feminina, empregada em palcos dos antigos cabarés ou em cômodos de prostituição, ajudaram a construir, para muito além das calçadas, uma imagem da Lapa. Assim, consideramos aqui a Lapa como um território historicamente frequentado pelas travestis a fim de apropriá-lo para diversas finalidades: espaço de passagem, trabalho, moradia, cultura, educação e mais recentemente, como espaço de resistência e luta política.

Como procedimento metodológico, o presente estudo utilizou-se de revisão bibliográfica e de um breve trabalho de campo, onde realizei entrevistas informais e pesquisa etnográfica, baseada na observação participante, a partir do qual formulo algumas conclusões e ponderações próprias desse olhar assumido de pesquisador.

A primeira sessão do presente trabalho trata da construção histórica dos papéis sexuais tal como exercidos na sociedade burguesa, indicando principalmente o lugar socialmente reservado para as mulheres. O recato, a domesticidade e a procriação foram sendo definidos, sobretudo por discursos médicos, como sendo qualidades naturais da mulher “saudável” ou, ainda, “direita”. Prostitutas, nesse quadro, foram sendo construídas, por esse discurso legitimado a partir do século XIX, como pessoas “degeneradas”, discurso que inscrevia no corpo biológico do sujeito o mal do qual não poderia, naturalmente, se desfazer. A dimensão social dos fenômenos, à luz desse paradigma, não era passível de ser contemplada. Menos ainda qualquer forma de luta, de organização política, passível de ser reconhecida. Mulheres, portanto, que exerciam uma sexualidade “insubmissa”, que atuavam nas ruas e em espaços sociais não restritos ao casamento e ao papel da esposa, ou da “mulher para casar”, seriam a tradução burguesa das bruxas medievais. Agora não mais destinadas exclusivamente à fogueira,

mas ao tratamento médico e às zonas segregadas no cordão sanitário da cidade, de inspiração do médico higienista francês Parent-Duchatelet¹

Desse ponto de partida, entende-se mais facilmente a extrema discriminação a que são alvo as pessoas travestis na cidade, pois além de construírem uma imagem feminina na produção e transformação voluntária de seus corpos e de seus trejeitos, tornam-se mulheres “para o sexo” sem a possibilidade, contudo, de transformar aquele corpo feminino em um corpo que cumpra a finalidade da mulher domesticada: a procriação. O fascínio que a travesti exerce sobre os homens pode, muitas vezes, significar o próprio risco que faz com que existam milhares de casos de assassinatos de travestis a cada mês, em todo o país. Elas seduzem, os homens se sentem sexualmente despertados e atraídos, mas elas têm uma marca biológica que confere um caráter sexual ambíguo de acordo com as formas classificatórias vigentes e, sobretudo, com o machismo legitimado e consolidado na educação de vários segmentos da sociedade brasileira. Assim, torna-se possível compreender e ver melhor a cidade generificada (e não raro, violenta) a partir do espaço marginal que é conferido às figuras femininas, em especial àquela das travestis.

Um novo momento no país favorece a constituição das travestis e de sua inscrição social e política no cenário público, a partir do fim da ditadura civil militar e início da reabertura política no país. Este momento é assunto da segunda sessão do trabalho, que foi construída com a finalidade de manifestar a pressão do movimento de travestis e do movimento LGBT pela criação e implementação de políticas públicas que atendam suas necessidades. Ainda nesta sessão, olhamos para a Lapa como um lugar que sempre animou uma certa “vida noturna” no Rio de Janeiro, sendo o lugar dos cabarés, da passagem entre regiões da cidade separadas pelos códigos morais (os bairros residenciais da Glória, Catete, Cosme Velho; e a Cidade Nova, com os espaços do maxixe, as casas de zungu da Pequena África, os pequenos hotéis de trânsito e as gares da Leopoldina e Central do Brasil), em torno das quais foram definidos os limites da “zona de tolerância” mais conhecida como Mangue, “área natural” da prostituição carioca na primeira metade do século XX, onde, posteriormente, prostitutas seriam cadastradas e observadas, periodicamente, por agentes médicos e policiais, naquela que ficou conhecida como República do Mangue, entre 1954 e 1974 (Leite, 2005).

¹ Para um debruçar mais atento, sugerimos: RAGO, 2014. Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930 e RAMOS, 2015. Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas- Jardim Itatinga.

Situamos, assim, a Lapa em um contexto de transformações urbanas empreendidas tanto pelas investidas do poder público quanto pelas apropriações de seus habitantes. Dessa forma, vemos a Lapa como um bairro onde perdura uma certa ambiência e onde resistem certos grupos que, historicamente, fizeram da Lapa o seu “território”, o seu lugar. Notamos, através da pesquisa, também as mudanças constantes em seus espaços (novos públicos para um consumo boêmio inscrito em circuitos globais) e notamos a saudade que os moradores guardam de uma Lapa reduto da boemia e da malandragem construída nas relações cotidianas, de onde surgiram personagens que lhe deram a fama que ainda hoje alimenta sua história.

Na última sessão, trago a descrição de um projeto que representa uma experiência inovadora para as travestis da cidade: a Casa Nem. Esta parte do trabalho aborda as experiências da pesquisadora em relação a esse lugar e as falas das travestis consultadas para a pesquisa, a fim de entender o significado desse espaço para elas e para uma cidade que historicamente segrega e exclui a população mais pobre e discriminada. Nesse sentido, o presente estudo também contou com a fala de outros interlocutores: algumas pessoas que moram e/ou trabalham na Lapa, para compreender sua relação com o bairro e as que estabelecem com a Casa Nem e suas moradoras.

1 Breve histórico sobre o “fenômeno” travesti

Nessas páginas iniciais, apresentamos ao leitor um breve estudo acerca da representação do feminino e do significado dos papéis sexuais reservado *aos* travestis, de acordo com a pesquisa realizada por Hélio R.S. Silva, na Lapa, no início dos anos 1990. Note-se que, naquele então, não havia restrição à denominação ‘travesti’ declinada no gênero masculino e essa definição não era sequer um objeto de atenção para as pesquisas sobre travestis até ali publicadas.

O tratamento conferido às travestis da nossa época² assemelha-se com aquele historicamente conferido às mulheres. Silva faz esta afirmação, se referindo ao lugar reservado a essas últimas na sociedade machista, fruto da “arcaica representação do masculino-feminino” (Silva, 1996, p. 47) que indicava – e ainda indica - a oposição entre sujeito-objeto. O autor cita diversos exemplos desta representação, desde as pinturas e peças teatrais mais remotas até ditados populares e marchinhas de carnaval, ambos inferindo a mulher como figura digna de humilhação e inferioridade. Nas palavras do autor:

“Claro, temos em nossa literatura personagens femininos para as mais diversas sensibilidades. Capitu, a Moreninha, Iracema, Diadorim, todas mais ou menos envoltas em conflitos e situações que demonstram uma posição desfavorável ou ambígua no sentido de não completamente desfavorável”. (Silva, 1996, p. 44).

A representação do feminino, tanto no que diz respeito ao sexo biológico quanto ao sexo social (gênero)³ desde muito encontra dificuldades para sobreviver com dignidade sobretudo fora dos padrões estabelecidos em uma sociedade conservadora e fundamentalmente patriarcal. Isto fica mais evidente quando recordamos os contextos dos períodos ditatoriais, sendo este uma referência das ações agressivas do estado, na medida em que a atribuição da anormalidade e imoralidade às travestis eram relacionadas às suas existências e suas práticas.

Apesar de tal contexto suscitar de forma muito intensa a questão moral que impunha para a mulher um determinado lugar social, o autor diz que os papéis

² Embora o autor esteja se referindo às travestis no contexto em que o livro fora lançado, não podemos dizer que houve mudanças revolucionárias nos dias atuais.

³ Reprodução social do feminino, identificação de gênero.

femininos começam a ser discutidos na medida em que se revelavam figuras sexualizadas de mulheres na cena artística, com forte influência de atrizes internacionais como Sophia Loren e Marylin Monroe. “Tivemos mesmo a circunstancia de vivermos o processo de discussão e relativização dos papeis sexuais em uma sociedade politicamente autoritária”. O autor completa ainda que

“pode-se datar da década de 20 para cá uma imensa discussão publica que ocupa algumas revistas e certos jornais, sobre emancipação feminina, relativização dos papéis, nova educação para os filhos, exasperação das tensões entre individuo e família”. (Silva, 1996, p. 53).

Esse processo de contestação dos papéis sexuais não se deu de maneira instantânea. Havia insistentes tentativas de desenquadrar a mulher da severa divisão entre os papéis femininos e masculinos, encontrando sérias dificuldades para se realizar diante de contextos em total dissintonia com tais ideais.

A conjuntura provocou um novo enquadramento pejorativo para a mulher, em especial aquelas cujo projeto de vida não sintonizava com elementos religiosos ou de dedicação à família, sendo então conceituada como *puta* toda aquela que fugisse desse destino e, sobretudo, não estivesse tão interessada em procriar, mas sim em fazer sexo, seja por gosto, seja por trabalho, seja por ambas as coisas.

Entretanto, é interessante notar que a percepção acerca de mulheres emolduradas nessa categoria implicava não somente a estigmatização. Por outro lado, ia surgindo um espaço discreto⁴, sobretudo para as travestis, onde elas podiam usufruir de certa visibilidade social, ainda que permanecesse a discriminação. Era o caso da Lapa, campo empírico da pesquisa realizada pelo autor. Isto acontecia somente porque ali existiam casas de espetáculo, cabarés, mas também pontos de prostituição, onde era plausível, quando não desejável, a presença de travestis para animar a cena noturna da cidade, sobretudo aquela, considerada “marginal” ou, ainda, “exótica”. Conforme nos conta o autor, era grande a extensão do território que abrigava essas ocupações, no Rio de Janeiro, chegando a corresponder à extensão territorial das áreas centrais de outras cidades brasileiras na época.

⁴ Rita Rodrigues (2016) realiza um estudo histórico acerca dos espaços de interação criados pela população LGBT no Rio. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p90/32472>. Acesso em 30 de abril de 2017.

A partir dos anos 1950, o Rio de Janeiro, assim como outros centros urbanos, experimenta importantes mudanças na forma como os papéis sexuais eram exercidos na cena pública. A utilização manifesta de acessórios, vestimentas, corte de cabelo e tudo aquilo que revelava a identidade sexual trazia para a cidade novas formas de encarar a divisão conservadora das figuras masculinas e femininas. De acordo com Silva (1996), apesar disso, essa década ainda não permitia a manifestação pública da figura travesti sem que esta estivesse atrelada à violência. Tudo isso porque ainda era substancial a dominação e controle de um sexo sobre o outro, dificultando a expressão do transvestitismo público em escalas como as atuais.

Entender esse fenômeno no Rio de Janeiro supõe empreender uma pesquisa sobre como de fato foi se abrindo um caminho de possibilidades para as travestis se manifestarem mais livremente, e de maneira afirmativa, em outros espaços da cidade.

1.1 Ganhando o espaço público: o direito de ser ela

Silva (1996) conceitua *o* travesti histórico como aquele que se encontrava imerso no universo de confinamento, em ambientes onde a verdade sobre si só ele mesmo conhecia. Os travestis⁵ identificavam na intimidade do espelho e na publicidade do carnaval elementos reprodutores de suas identidades, na medida em que o espelho apresenta-se como única testemunha de sua sexualidade. Culturalmente, o carnaval traz a possibilidade folclórica da permissividade, ainda que represente uma realidade ilusória e simbólica, onde o travesti era ainda tratado como uma criatura carnavalesca e carnavalizada, típica desses momentos de inversão de papéis sociais e sexuais. Ainda hoje é recorrente encontrar no carnaval carioca os tradicionais blocos onde centenas de homens heterossexuais cisgêneros se vestem com roupas e acessórios femininos⁶.

No Carnaval de 2017, estive no bloco “Banda das Quengas”, na Lapa, e achei curioso como, apesar de tantas mudanças operadas até hoje, as vestimentas no corpo masculino parece deixar-lhes naturalmente à vontade, reforçando que a permissividade que o Carnaval traz para as ruas subverte o padrão a ser observado no resto do ano. Mas

⁵ Sempre que me referir à obra de SILVA utilizarei travesti no gênero masculino, para marcar essa revolução no tratamento *das* travestis, ocorrida mais recentemente.

⁶ Acessórios femininos, neste sentido, faz referência aos adereços considerados socialmente próprios para a mulher.

na vida de fato, o Carnaval, o espelho e tantos outros elementos não dão conta de evidenciar o travesti real, como diz o autor, em sua verdade e possibilidades.

O travesti histórico, fechado em si mesmo e impossibilitado de exercer-se socialmente deixa de atrair somente os sentimentos curiosos e repugnantes, o mistério, o medo, a caçoada, o desejo. Agora, sua inserção no cenário carioca exige uma inscrição social, que abandona a dimensão unicamente performática, estigmatizadora e fetichizante.

É somente através do reconhecimento social e da conquista de espaços politicamente legítimos que se torna possível “desvincular o papel social de qualquer amarra com a biologia, a anatomia”. (Silva, 1996, p. 22). Acredita-se que o esforço pela tomada do espaço público e social somou à luta das travestis a conquista de direitos cotidianos simples – entre eles ser tratada pelo gênero feminino - , e agora não somente aparições excepcionais fetichizadas pelo carnaval e por shows de travestis” nos palcos dos cabarés convenientes ao divertimento do público. De figuras do mundo do espetáculo, sem direitos garantidos, enquanto pessoas que reclamam um reconhecimento de gênero, à *sujeitas* de direito, como hoje reivindicam as travestis organizadas e presentes na esfera política, ampliou-se não só o espaço de circulação de travestis e transexuais na cidade – embora não sem conflitos – como a própria manutenção da identidade de gênero, agora não mais restrita a determinados momentos do dia ou da noite.

Tais considerações permitem conjecturar que a construção da identidade travesti, principalmente a partir de sua inscrição social se dá através da interação dialógica e cotidiana com os demais atores sociais e, quanto a isso, é a própria cidade que responde, propiciando o trânsito mais ou menos seguro àquelas que exibem, de maneira voluntária ou não, a transformação de seu corpo para incorporar uma identidade de gênero que não corresponde à de seu sexo biológico.

1.2 Segundo round: afinando e ampliando a voz

Se na década de 50 ainda não era frequente e cotidiana a sua manifestação pública, foi na década seguinte que isso se tornou possível. A partir de 1960, portanto, há de inaugurar-se um novo ator na vida urbana, objeto, contudo, de piadas e representações histeriônicas. Somente após a reabertura política, nos anos 1980, é que a construção de uma pauta de direitos passou a ser feita na esfera política por travestis,

amparados pelo movimento gay e de prostitutas, ambos reunidos por uma circunstância: o surgimento da AIDS. Essa pauta, entre tantas outras, foi alimentada por alguns meios de comunicação alternativos, cujo advento se insere no contexto final da ditadura civil-militar e princípio da redemocratização do país. Em especial, podemos citar o Jornal “O Lampião da Esquina”, que circulou entre 1978 e 1981. Caracterizado como um jornal LGBT, o Lampião propunha debates acerca da desmarginalização social da homossexualidade a fim de possibilitar às minorias espaço para exercer suas demandas. A identidade do Jornal também foi construída através de sua abordagem constante sobre as reivindicações das mulheres, dos negros e dos índios. Um documentário sobre o Jornal O Lampião foi lançado em março de 2017 e exibido no Canal Brasil, dirigido por Livia Perez, o filme apresenta a trajetória de seus fundadores e autores. A mesma diretora ofereceu também uma entrevista à Revista Forum, que serviu de fonte para essa pesquisa⁷.

Outra referência de mídia impressa surgida no contexto de reabertura política que abordava pautas do público LGBT era o jornal “Beijo da rua”, cuja primeira edição fora lançada em 1988. Com o foco mais específico, o impresso aborda o universo das prostitutas e da sexualidade a fim de reivindicar sua inserção social na esfera dos direitos e no cenário público⁸.

Portanto, a partir do momento que suas intenções se tornam pautas de manifestações sociais e políticas, seu papel não se restringe mais a vivência quase exclusiva ao mundo do espetáculo ou da prostituição, mas agora reclama um campo de possibilidades muito mais amplo nas diversas relações sociais em que estão inseridas. Aliás, suas idas e vindas pela cidade por si só provocam um processo reflexivo sobre “mudança social, processo de transformação cultural” (Silva, 1996, p. 21).

O movimento feminista⁹ foi também aliado desse resultado, na medida em que contribuiu ao longo dos anos para que o papel da mulher na sociedade de costumes conservadores sofresse algumas mudanças. Atualmente diversas ativistas do movimento trans conferem críticas severas a uma parcela do movimento feminista, especificamente aquela corrente autodenominada “radical”, por excluírem travestis e transexuais das

⁷ Ler <http://www.revistaforum.com.br/2017/01/30/entrevista-com-livia-perez-diretora-de-lampiao-da-esquina-documentario-sobre-o-primeiro-jornal-lgbt-do-brasil/>. Acesso em 20 de abril de 2017.

⁸ Ler “Prostituta não é vagabunda” por Pedro Lapera (2012). Disponível em: <http://www.outrafrequencia.org/2012/03/historia-jornal-beijo-da-rua-prostituta.html>. Acesso em 20 de abril de 2017.

⁹ Assim como a mídia, o cinema, o teatro e outros meios públicos de comunicação.

lutas do movimento feminista. A consequência fatídica é a segregação que acontece dentro do movimento de mulheres, descartando a possibilidade de apoio mútuo e luta contra as opressões que as reúnem, de um modo ou de outro, numa mesma categoria de sujeitos.

Todos esses fatores reunidos nos oferecem a possibilidade de compreender – pelo menos parcialmente - a existência manifesta da figura “trans” como sujeito vulnerabilizado em inúmeros aspectos, destacando aqui a luta por reconhecimento de seu direito à cidade, à circular nas ruas sendo o que se é e, mais, ao reconhecimento da convergência de suas próprias lutas àsquelas do movimento feminista¹⁰.

1.3 Século XXI: o surgimento das políticas públicas para travestis e o ressurgimento dos discursos reacionários

Sem a ilusão ingênua de que esse cenário não carece de outros progressos, o caminho percorrido até aqui é relevante para compreendermos a construção de um sujeito de direitos no cenário político brasileiro e principalmente traçar quais são os desafios e possibilidades que, sem dúvidas, estão postos no contexto atual.

Tais desafios, na maneira como se apresentam atualmente, situa a população trans a níveis ainda muito distantes do ideal. Contudo, algumas políticas públicas passaram a colorir as ações voltadas para o público chamado “LGBT” no Estado e, mais particularmente, no município do Rio de Janeiro. É o caso do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, lançado em 2008 pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). De acordo com fontes do Estado¹¹, seu objetivo é criar ações para combater a discriminação e violência contra a população LGBT, assim como contribuir com atividades de promoção da cidadania. A fim de concretizar tal Programa, foram instalados quatro centros de cidadania LGBT na cidade¹² a fim de atender pessoas LGBT, seus familiares vítimas da homofobia, orientá-los sobre seus direitos, possibilitar acesso a informação sobre serviços de saúde e serviços sociais, contribuir para a formulação de políticas na inclusão de pessoas LGBT e para o banco de dados estadual

¹⁰ É necessário destacar, porém, que esse passo dado não as livrou (e ainda não as livra) de viver com ameaça de violência.

¹¹ Consultar: <http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/secao/sobre/o-programa>. Acesso em 20 de abril de 2017.

¹² Situados em Niterói, Central do Brasil, Duque de Caxias e Nova Friburgo.

sobre homofobia e rede de apoio. Além disso, fazem parte do Programa, outras ações que cooperam para um Rio sem homofobia, como o “Disque Cidadania LGBT”, “SOS Saúde LGBT”, projetos de mobilização comunitária, entre outros. Porém, segundo matéria de O Globo¹³, já no início de 2016 muitos serviços do Programa foram paralisados, principalmente por conta dos cortes de funcionários que, segundo informações do então coordenador do Rio Sem Homofobia Claudio Nascimento, já funcionava com equipe reduzida. A Secretaria do Estado alega crise para justificar a situação, porém já era de conhecimento de todos que o então secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, membro da Igreja Nova Vida, se posicionava contra as ações de combate à discriminação.

Uma análise mais atenta indica que todas essas dificuldades para implementação de políticas públicas de combate à homofobia estão inseridas no contexto político do Rio de Janeiro, sendo reforçadas por barreiras culturais, mais precisamente religiosas, que a cidade historicamente enfrenta diante da tentativa de inscrição social e cultural dos grupos LGBT. Entende-se, entretanto, tais iniciativas estatais como respostas importantes que expressam a relação de tensão entre Estado e sociedade civil, onde esta última busca situar-se em espaços materiais e simbólicos para conquistar uma nova condição de direitos que aos poucos vinha se construindo.

A despeito dessa nova condição no cenário da cidade – o que representou um avanço – sofrimentos e penúrias emocionais resultantes da constante intolerância com a qual muitas vezes, em diversas situações e lugares da cidade as travestis são tratadas, não podem ser hostilizados. O preconceito, a transfobia e a violência que quase sempre começam nas relações familiares e na convivência com pessoas mais próximas, são uma realidade presente para a população LGBT. Em entrevista publicada na Revista Hominum, o professor Luiz Mott¹⁴ enfatiza a dificuldade de ser LGBT no Brasil, sobretudo quando o preconceito começa nos espaços domésticos. Analisando o atual cenário político para as minorias no país, ele comenta:

Portanto, a homofobia doméstica, na escola, no trabalho ridicularizando o gay e a lésbica são formas encontradas para reprimir os LGBTTs. Igualmente, as travestis e as transexuais encontram extrema dificuldade de

¹³ Link de acesso para a matéria: <http://oglobo.globo.com/rio/rio-sem-homofobia-suspende-servicos-demite-18680688>. Acesso em 20 de abril de 2017.

¹⁴ Professor Dr. aposentado da Universidade Federal da Bahia, estudante das questões da homossexualidade no Brasil.

arrumarem empregos e encontram na prostituição à única saída pra ganhar o pão de cada dia. De modo que, a violência seja física ou psicológica faz com que LGBTTs passem por discriminações e tenham uma vida extremamente difícil com problemas de adaptação a esse mundo heteronormativo que ainda considera o gay como um marginal e pecador.

(Mott, 2016, página 4)

O fato dessas histórias nem sempre virem à público nos questiona acerca dos reais motivos da sua invisibilidade, apesar de já existirem políticas e programas voltados para o atendimento a essa população, vítima potencial de violências de variadas naturezas.

Entendemos que, assim como lutar para que a cidade seja um espaço de acolhimento e cidadania para todos, é necessário debater, discutir, denunciar a violência doméstica e institucional da população LGBT – e aqui especificamente travestis. É mais do que urgente criar meios de favorecer sua visibilidade, de motivar campanhas e projetos educativos nas escolas, na mídia, nas instituições. É longo o percurso para uma sociedade livre da transfobia, todavia o primeiro passo é acreditar na possibilidade de transformação dessa realidade.

2 TRANS AÇÃO na Lapa: trajetórias de luta e transformações sociais, políticas e urbanas na cidade do Rio de Janeiro

O destaque dessa sessão será estudar o bairro da Lapa como um espaço de abrigo, refúgio, trabalho, lazer, violência, resistência, conquista de direitos e experiência inovadora para a população trans do Rio de Janeiro.

A Lapa não é só um bairro de transeuntes (conforme já foi considerado) e, diferente de outras áreas do Centro, não está sujeita ao vazio dos fins de semana. O bairro boêmio nos oferece a oportunidade de estudá-lo a partir da sua configuração na segunda metade do século XX¹⁵, realizando um paralelo com esse espaço nos dias atuais: sua configuração estética, seus moradores, a relação desses com os frequentadores do bairro e aqui, expomos um breve relato acerca da vida das travestis, sua conexão com a Lapa e os espaços que hoje conseguem ocupar, a partir

¹⁵ A partir dos anos 1960 e especialmente as décadas finais desse século, 1980 e 1990.

primordialmente da militância de pessoas transexuais, na luta para a materialização de direitos.

Dentro dessa narrativa, destacaremos a Casa Nem como uma experiência revolucionária na cidade para a população trans. Antes desta tarefa, faremos um “passeio” descontraído pela Lapa, a fim de compreendermos a relevância desse bairro no contexto que estamos tratando.

Ao longo de sua história, o bairro da Lapa sofreu transformações e tentativas de modificações constantes das suas ruas, edificações, na arquitetura de forma geral e em seu modelo urbanístico. Segundo Velasques (1994, pág. 2), “o bairro da Lapa, ou pelo menos parte dele, foi recorrentemente repensado e planejado, fazendo parte de diferentes projetos urbanísticos ao longo do nosso século”. E podemos dizer que essas tentativas são acompanhadas por um processo de mudança social, operada por atores protagonistas dessa história, aqueles que desde o início e até os dias de hoje impulsionam a Lapa a ser o que talvez ela sempre tenha sido: espaço de resistência.

Com base nas pesquisas de Silva (1993) e suas andanças pela Lapa na construção de seu trabalho, os habitantes da Lapa de então cultivavam um imaginário da Lapa boêmia, terra de personalidades singulares, marginais, artistas, através desses aspectos, aquela que seria uma saudosa Idade de Ouro¹⁶. Diante da leitura e análise da *Folha da Lapa*¹⁷, o autor nos estimula a algumas reflexões, expostas a seguir.

As linhas mais bem intencionadas do jornal tentam preservar a Lapa como reduto do samba e da malandragem, lugar culturalmente simbólico e construtor de identidades. Conforme afirmações de Silva (1993), embora desde os anos 50 a Lapa da Idade de Ouro estivesse se ruindo e apresentasse a capacidade de acolher a diversidade, observa-se que a imagem antiga do bairro não se desmanchou completamente, ainda que tenha havido modificações significativas. Em harmonia com as considerações do autor e através de observações e análises próprias, ao conversar com pessoas na Lapa, deve-se dizer que há uma percepção saudosa dos moradores em relação a uma época que, segundo alguns, não é mais possível reviver.

Durante passagem pela Lapa, conversei com um senhor sentado a beira do portão de sua casa, que em sua aparência e expressão nos revela grande sabedoria ao falar do bairro, resultado provável de muitos anos vividos ali. Uma conversa informal e

¹⁶ Segundo o autor, a Idade de Ouro compreende principalmente os períodos entre os anos 1910 e 1950.

¹⁷ Toda referência à *Folha da Lapa* é do ano de 1991.

espontânea que, ao fim, nem me lembro de perguntar detalhes numéricos. Fiquei sem saber sua idade e desde quando residia no bairro, informações dispensáveis quando se está envolvido por histórias agradáveis. Ele me pergunta a minha idade, me oferece água e começa a lastimar-se dos tempos em que se vivia tranquilamente na Lapa, com a segurança de que nada poderia lhe ameaçar. Questiono sobre o que ele considera perigoso no bairro e de pronto – em voz baixa e com expressão de cautela – menciona os assaltos do bairro, os “bandidinhos”, o barulho das festas e a prostituição. Chama-me atenção o fato da prostituição constituir, para ele, um perigo. Em tom descontraído e empolgado, ele continua suas histórias e me conta que sempre houve, na Lapa, prostitutas e travestis, mais do que qualquer outro bairro. Enfatiza, porém, que nos tempos atuais a violência está mais evidente. Sem interrompê-lo, sento-me ao seu lado, à margem da calçada. Ele continua a detalhar a aflição que sente ao caminhar sozinho pela Lapa, como se não fosse mais o mesmo bairro, fazendo brotar em sua feição um enorme sentimento de lamento e saudade. Em certo momento, pergunto sobre qual época ele se refere exatamente e, com uma expressão de surpresa esclarece que sua descrição se reporta a década de 1950. Logo em seguida parece se lembrar da minha idade e pede perdão ao dizer “vocês não viveram o melhor da Lapa”.

Curioso constatar que foi a partir do fim dessa década tão saudosa para nosso interlocutor, que o Rio de Janeiro começa a vivenciar um processo de mudanças influenciadas por motivações do contexto político da cidade, como a transferência da capital do país para o Brasília. Com base nos estudos de Velasques (1994) o Rio de Janeiro, então Estado da Guanabara, é primeiramente conduzido por Carlos Lacerda, que já realiza intervenções urbanas na cidade nesse início de década, especialmente pela brutal política conhecida como “remoção de favelas” e pelo plano das linhas viárias policromáticas do urbanista grego Constantino Doxiadis.

A autora afirma que algumas obras iniciadas na década de 1950 e concluídas na década seguinte já estavam por alterar o bairro da Lapa, como foi o caso da modificação radical do antigo Largo da Lapa, abrindo espaço para a Avenida Chile.

Esse é um exemplo do cenário pelo qual a Lapa começava a passar, sobretudo quando compreendemos que tais alterações eram pensadas já desde os anos 40, e só não foram realizadas pela escassez de recursos devido ao contexto da Segunda Guerra, afirma Velasques (1994). Uma das intenções dessas alterações era deter o crescimento das favelas, que já se apresentavam como grave problema naquela época, na medida em que se tentava afastar os pobres da área central. Muitas modificações seguiram as

orientações do recém-elaborado Plano Diretor, conhecido como “Plano Doxiadis”, cujas intenções se voltavam para as intervenções urbanas do Estado da Guanabara.

Ainda conforme os estudos de Velasques, a Lapa dos anos 1960 vive um momento de esvaziamento, abandono e descaso do poder público, substanciado pelo contexto da Ditadura Militar e alimentando a saudade de uma Lapa boêmia. Em contraste, os anos 1990 apresentam um início de Lapa revitalizada, dando vida à diversas casas de shows, bares e boates - que já nos anos 2000 parecem ignorar a histórica formação popular do bairro. Excluem os habitantes tradicionais da nova configuração financeira do espaço, uma vez que os preços não são acessíveis e as moradias vão se elitizando cada vez mais.

Temos, então, que todas essas drásticas modificações que se iniciavam na cidade e em bairros como a Lapa, se constituem como uma das forças motivadoras para o tal sentimento saudoso deste bairro, de modo que ele se manifeste para as pessoas (desde 1960 e hoje mais intensamente) como memória e necessidade de recuperação simbólica.

Diante de tais exposições acerca do bairro em questão, tecemos algumas considerações em relação à fala do morador anteriormente citado. Percebe-se que existe uma potencial capacidade de expressar resistência para aceitar a Lapa que existe hoje, principalmente porque ele – e tantos moradores da mesma idade – vivenciou essa transição pela qual passou o bairro.

Restariam, ainda, muitos detalhes interessantes dessa conversa com seu Moreira¹⁸, mas o que gostaria de destacar é que parece existir nele um sentimento ambíguo em relação ao bairro, contrastado por sua aparente paixão pela Lapa¹⁹ e a insegurança que o incomoda.

O discurso de seu Moreira sobre a Lapa está em consonância com o que Silva (1993) descreve nas leituras da *Folha da Lapa*, destacando a busca dos moradores por uma Lapa ideal, um bairro para a família. O que também é convergente entre ambos é um sentimento (muitas vezes não explícito) de medo, estranhamento, hostilidade em relação à presença das figuras indesejadas que circulam pelo bairro, como é o caso das travestis. Existe, portanto, a ideia de que certos grupos de pessoas marginalizam um espaço. Nesse caso, as travestis seriam vistas um “problema” àquele local. Cabe aqui uma reflexão. Qual espaço seria destinado a elas? Quero dizer, o problema estaria nos

¹⁸ Apelido que foi dado por um antigo vizinho da Lapa, segundo nos contou.

¹⁹ Ainda que ele relate que tenha medo da Lapa atual, identifica-se em sua fala uma imensa paixão pelo bairro, a ponto de revelar que não se mudaria para outro lugar.

processos de intervenção e de investimentos que afetam o bairro ou nas próprias travestis?

De acordo com os estudos de Duarte (2009) é aproximadamente a partir das duas primeiras décadas do século XX que as travestis participam do processo de construção do estigma de uma Lapa da malandragem e da contravenção. Desde então, elas tornam-se “parte integrante da paisagem sociocultural da Lapa, numa espécie de espetáculo teatral cotidiano encenado ao cair da noite e pelas madrugadas adentro” (2009, página, 6). Evidencia-se a relação histórica dessas pessoas com o bairro da Lapa, onde desde então trabalham, moram e circulam, ainda que mantenham uma conexão ambígua com esse espaço.

Uma vez que essa constatação esteja mais que acentuada, a *Folha da Lapa*, em sua edição de 1991 parece ignorar a questão das travestis ao não mencionar sua existência no bairro. As raras menções se referem à aparente harmonia dos moradores em relação à elas, escondendo o receio da desordem, o estigma conferido a esse grupo, de forma a continuar reafirmando a imagem canônica da Lapa. Esse mesmo sentimento de medo que as travestis provocavam na população, era determinado também pela folclorização dessas pessoas, a partir de seu comportamento, suas roupas, seu trabalho, etc. Isso porque a construção do estereótipo travesti também poderia estar contribuindo para a construção do estereótipo da Lapa. Nossas observações, leituras e conversas com moradores e transeuntes do bairro, levam a crer que essa dupla determinação da travesti na Lapa mantém aquilo que alguns chamam de “imagem síntese”²⁰ de determinado espaço, contribuindo para que continue sendo “a Lapa de sempre”, tradicional e exótica.

Os Anos de Ouro da Lapa e a sua imagem que passeia entre a boemia e a malandragem confirmam uma Lapa híbrida, mesmo que nos anos 50 ainda se tentasse resistir a isso. Prédios antigos convivem com o surgimento de novas edificações. Intelectuais, travestis e moradores em situação de rua convivem no mesmo cenário, conformando os contrastes que a Lapa abriga e que se torna mais evidente nos anos 1990, segundo Velasques (1994).

Estamos diante do cotidiano de uma Lapa que começa a ser moldada para necessidades externas, com a intenção de ser transformada, dia após dia, num bairro de consumo mais amplo, agora expandindo aos filhos e filhas das classes médias, em que a identidade boêmia é então explorada para venda de apartamentos e diversão para um

²⁰ A imagem que a cidade recebe devido a algum atributo marcante. Para saber mais a respeito, consultar Vainer (2011).

público novo. A revitalização urbana pretendida para a Lapa teve como pretexto evitar a decadência histórica desse lugar e incluí-lo no circuito turístico.

O sentimento dominante na população moradora da Lapa nos anos 1990 era frustração e desesperança, assim como os de seu Moreira hoje. Em ambas as épocas, há o desejo de uma Lapa boêmia, rejeitando os traços da malandragem (malandros foram atualizados para travestis), entretanto o fato de existir certas figuras que moram, trabalham, estudam ou passeiam pela Lapa continua sendo algo ainda assustador.

Não nos é indiferente a hostilidade com que são tratadas as travestis atualmente, seja nas mídias, nas ruas, nas religiões e nas suas próprias famílias. Desde antes de sua manifestação pública e social, eram extremamente estigmatizadas e reduzidas a figuras misteriosas, folclóricas, tratadas com deboche e depreciação a ponto de causarem escândalo. Hoje, mesmo depois de processos de mudança social, passos largos ainda precisam ser dados.

Conversando com pessoas na Lapa²¹, sejam elas mais jovens ou mais idosas, percebi o quanto travestis e transexuais ainda são vistas como figuras, personagens, e muitas vezes reduzidas à prostituição. Nenhum entrevistado expressou de forma explícita essas impressões, sobretudo pelo constrangimento a ser criado, porém é perceptível o incômodo que esse assunto causa nas pessoas, a ponto de, muitas vezes ficarem em silêncio.

Uma das pessoas com quem conversei rapidamente, vendedor ambulante da Mem de Sá, tinha uma visão muito positiva das travestis na Lapa. Relatou ter uma ótima relação com elas, mesmo sem nunca ter trocado palavras. Questionado sobre a ausência dessa aproximação, ele não responde, mas acentua que “não fazem mal a ninguém”.

Ao me despedir, ele me pergunta se se trata de uma “pesquisa para a faculdade”. Respondo um “sim” com a cabeça e ele resolve me contar sobre o seu irmão, que saíra de casa em 1992, espancado pelo pai e hostilizado pela mãe, após revelar sua orientação homossexual. Depois do ocorrido, o irmão ainda tentou contato com a família, sem nenhum sucesso. Desde então, o vendedor afirma que nunca mais teve qualquer comunicação com ele, embora tenha confessado ter esperança de vê-lo pela Lapa. Perguntei porquê a Lapa. E ele responde o previsível: “É aqui que todos os viados se encontram”.

²¹ Especialmente pessoas com o padrão heteronormativo.

3 Casa Nem: acolhimento, luta e resistência.

Conforme observamos, a rua nunca foi um lugar confortável para as travestis, ainda que o discurso do medo seja proferido pelo outro lado, por aqueles que atribuem a essas pessoas a insegurança mascarada de desinformação e preconceito. No Rio de Janeiro, a resistência das travestis se confunde com a própria resistência do bairro da Lapa, embora este nunca tenha abraçado, de fato, a causa de pessoas trans. Apesar disso, elas operam em defesa e permanência desse lugar na simples intenção de sobreviver.

Falar numa Lapa que não abraça a causa travesti significa remeter-se também a um Brasil que, de acordo com os números da pesquisa da ONG Transgender Europe²², tornou-se o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo.

O Rio de Janeiro se tornou pioneiro na construção de um espaço que acolhe o público travesti vítimas da violência e em situação de vulnerabilidade social. Trata-se da Casa Nem, idealizada principalmente por Indianara Siqueira²³, ícone da militância trans no Brasil. A Casa Nem tem pouco mais de um ano de existência e já é considerada, segundo palavras da própria Indianara, o lugar mais revolucionário e inclusivo da cidade, exemplo de acolhimento, luta e resistência.

Na primeira ida à Casa, encontrei Indianara que combinou de me apresentar o lugar e contar um pouquinho sobre ele. Chegando lá, fiquei a par de um “sarau de poesias” que iria acontecer naquele dia, então logo me pus a entrar enquanto esperava por ela. Não subi na casa, fiquei no espaço destinado à festa onde encontrei o DJ Leoni (voluntário), que me contou um pouco sobre as atividades que a Casa oferece, entre elas o preparatório para o vestibular “Prepara Nem”, curso de fotografia, costura, teatro, entre outros.

Quando Indianara chegou, lembro-me de ter ficado encantada com o movimento que ela causara na Casa, tomando todas as atenções pra si, mesmo que parecesse muito natural para ela. As travestis, todas eufóricas, a chamavam de “mãe”, o que já nos esclarece muitas coisas. Sua militância, seu ativismo trans, o potencial de liderança e o tom corajoso de Indianara a transforma numa verdadeira referência para a população LGBT, sobretudo as moradoras da Casa Nem, que veem nela mais do que uma simples

²² Em seis anos (de 2008 a 2014), o Brasil registrou o assassinato de 604 travestis. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/com-600-mortes-nos-ultimos-seis-anos-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

²³ Também é atual suplente da câmara dos vereadores, pelo PSOL.

idealizadora do projeto, a enxergam como uma figura materna. Aliás, das conversas que pude ter com algumas travestis da Casa, parece unânime a constatação de que encontraram ali uma verdadeira família.

Resgatando as palavras iniciais quanto à violência e preconceito que a cidade oferece à população travesti, é importante enfatizar o relato de muitas delas a respeito da violência doméstica, seja ela apresentada da maneira física ou não física. A partir disso, é completamente compreensível a satisfação em suas declarações ao identificar a Casa Nem como um espaço de segurança, onde se sentem livres de ameaças.

A CasaNem é diferente de qualquer abrigo existente na cidade. Ali não há chefe nem coordenador nem qualquer outra figura que tenha como prerrogativa determinar o modo como as pessoas vão viver ali. Há um dormitório compartilhado, com beliches; cozinha, sala de TV, atelier de costura, banheiros e, ao rés-do-chão, um espaço que funciona como bar e um salão onde acontecem festas, exposições, palestras, oficinas. Uma das moradoras me conta que elas não veem necessidade de eleger alguém para fazer mediações, declarando que são capazes de resolver tudo coletivamente, embora confesse que ocasionalmente aconteçam atritos. Mas “a gente se entende”, afirma.

A Casa Nem é um projeto de gestão social e comunitário que foi criado para acolher pessoas trans vítimas da violência doméstica e das ruas, assim como em situação de pobreza. Abriga hoje quatorze pessoas entre travestis, gays e lésbicas. Esta é outra observação importante. A Casa foi pensada para travestis e por isso elas também possuem acesso livre às festas promovidas pelo local, mas ser travesti não é um critério de acolhimento.

O projeto não recebe financiamento do Estado e para Indianara, este é um claro exemplo de alternativa à ação pública, uma vez que as poucas ações que já existiram são classificadas por ela como equivocadas, pelo fato de não conhecerem a população trans em sua totalidade e reais necessidades. Sendo assim, a Casa Nem conta com a contribuição de voluntários e parceiros, tanto para ministrar os cursos que oferecem, como para realizar doações diversas.

Indianara declara que o espaço da Casa se viu limitado frente a quantidade de atividades que passaram a oferecer, inclusive a oferta de alimentação para a população em situação de rua. O Prepara Nem que nasceu na Lapa, agora se expandiu para outros cantos da cidade, trazendo a possibilidade de maior inserção de pessoas LGBT's pobres nas universidades.

Além das atividades, a Casa Nem propõe para a cidade a experiência inovadora de um espaço que resiste em meio ao contexto imperialista de conquista de novos territórios destinados à especulação imobiliária, onde o valor de uso da terra está subjugado ao valor de troca. Em outras palavras queremos dizer que a Casa Nem, por estar situada na área central da cidade e representar hoje zona de disputa de interesses do mercado, sobretudo no atual contexto de “recuperação” dos bairros centrais, vive, sobrevive e resiste a insistentes ameaças do capital especulativo na tentativa de expulsá-las do local. Estas questões não são recentes, uma vez que os moradores pobres dos bairros centrais sofrem o drama de estarem constantemente ameaçados pelos preços abusivos dos aluguéis e custo de vida em geral. Porém, pela primeira vez desde sua criação, a Casa Nem sofre hoje uma ameaça real de expulsão branca, aquilo que chamamos de gentrificação. Devido ao elevado preço do aluguel, Indianara nos conta que a consequência imediata do fim do projeto é a sujeição das pessoas que moram na Casa à situação de rua.

Isso significa que existe ali uma correlação de forças entre esses agentes do mercado e as reais pessoas interessadas em lutar para manter o projeto em andamento. Acredita-se que não só a batalha incansável de Indianara, mas também o envolvimento político das moradoras da Casa e dos apoiadores do projeto sejam os pilares para impulsionar essa disputa.

Na tentativa de ilustrar a luta das travestis pela permanência do lugar e a importância desse projeto para elas, gostaria de resgatar algumas expressões proferidas pelas mesmas naquele espaço.

Segurança, amizade, respeito, família, construção, tranquilidade, amor, desconstrução... As “travas” (como gostam de ser chamadas) encontraram na Casa Nem tudo aquilo que não encontraram nos espaços públicos da cidade e nos espaços privados de suas famílias. Nas conversas informais que tivemos, não faltam registros de alegria, sorrisos e gratidão pela existência desse lugar. A importância dele para a cidade, segundo uma delas é “mostrar para a sociedade que estamos aqui! E não vamos desistir de ser quem nós somos!”. Ainda completa: “Aqui eu vivo sem medo porque aqui nós estamos seguras. Mas lá fora, não. Podem me olhar torto ou até mesmo ser agredida”.

Recordo-me da declaração de Indianara, certa vez, ao ser questionada sobre o possível medo de frequentar as ruas na madrugada. É de se espantar que a madrugada possa causar pavor nas travestis prostitutas, sobretudo porque é o calar da noite que abriga essas profissionais no cotidiano de seu trabalho. Viver na Lapa, para elas,

sobretudo as que trabalham como profissionais do sexo envolve uma série de questões que estão diretamente relacionadas a sua vivência desse lugar. Nota-se o descontentamento coletivo perante um bairro inserido no contexto de reformas urbanas que sofre a influência mais radical da aliança do Estado com a elite carioca. A inauguração de novos bares, boates e condomínios (que mais parecem jaulas a proteger-se da própria Lapa), transformaram o bairro em um território que não destina mais os antigos espaços para a prostituição, provocando nelas um sentimento também saudosos.

As moradoras da Casa Nem e a própria Indianara reforçam a boa relação que estabelecem com os vizinhos e a redondeza. Apesar de enfatizar que ainda existe o preconceito, Indianara conta que a existência do projeto contribuiu para reduzir a discriminação que os moradores ainda guardavam em relação à população travesti.

Por ocasião da proximidade com o Carnaval, a Casa Nem realizou uma dessas festas que costumam promover para arrecadar fundos e manter o projeto. Quando cheguei ao local, ao me dirigir à entrada, percebo que ainda estava fechado. Coloco-me ao lado para esperar, quando uma travesti se aproximou e, com um abraço me desejou boas vindas. Essa relação de aconchego e acolhimento já havia me surpreendido na primeira visita à Casa, onde pude notar que não havia incômodo algum com a presença de “pessoas estranhas” em seu lugar de moradia. Acredito que esse comportamento seja reflexo do que próprio significado da Casa Nem em seu cotidiano: espaço de amor, empatia, acolhimento, respeito, luta e solidariedade.

Se o objetivo deste trabalho foi apresentar a Casa Nem como espaço revolucionário para a população travesti pobre da cidade e da Lapa, é importante ressaltar que a conquista de um espaço nessa cidade onde os territórios são segregados socialmente significa reconhecer a extensa caminhada que as travestis percorrem ao buscar o seu lugar. E como afirma Siqueira (2007, pág. 10)²⁴, a conquista de novos lugares só se dá na medida em que seus passos seguem novos rumos na luta pelo direito de poder circular por onde desejarem.

É preciso lembrar que o respeito à vida das travestis começa quando são tratadas como mulheres livres de estereótipos e conceitos criados para determinar seu comportamento. O espanto causado ao notar o tratamento conferido a elas na década de 1990, mesmo em escritos acadêmicos (como nas consultas para esse trabalho), não fazem referência às travestis como sujeitos femininos, onde pude constatar num

²⁴ Baseada nos estudos de Bosi (2003).

pequeno número de páginas, dezoito referências de artigos masculinos para tratar a travesti. Isso é bastante simbólico, mesmo reconhecendo o trabalho singular do autor e sua intenção de não desmerecê-las.

Hoje, existe um cuidado maior no estudo com travestis e transexuais, devido principalmente aos avanços sociais e conquistas das questões de gênero, que apesar de caminharem devagar, estão acontecendo. O registro civil para inscrição do nome social e a cirurgia de readequação sexual realizada pelo Sistema Único de Saúde são alguns desses progressos. Cabe destacar que os critérios para a cirurgia ainda precisam sofrer alterações, dado seu caráter psicologizante e moralizante, principalmente por ainda exigir que os interessados realizem dois anos de terapia psiquiátrica, indicando a necessidade de diagnosticar o TIG (Transtorno de Identidade de Gênero). De acordo com Arán e Murta (2009), essa condição significa tratar a transexualidade como um fator patológico, ainda associado ao modelo biomédico, desconsiderando o acesso à saúde integral²⁵, contido nos princípios do SUS. As autoras afirmam que “o fato de se definir uma política de saúde integral tendo como referência os princípios do SUS permite uma ampliação da noção de saúde, a qual não deve ficar restrita à ausência de doença”. A integralidade na saúde é primordial para possibilitar o diálogo entre profissionais e usuários, onde esses tenham suas demandas entendidas, a partir da análise do contexto social ao qual pertencem, identificando suas necessidades e procurando atendê-las.

Sendo assim, Identifica-se que mesmo com os avanços sociais e jurídicos, na prática ainda há muito que avançar para a concretização dos direitos, assim como há a necessidade de continuar lutando por mais conquistas para a população trans.

²⁵ O princípio da Integralidade está presente na Lei 8.080/1990, definida como “um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema”. Para aprofundamento acerca desse conceito, consultar “A integralidade na prática”, Mattos (2004).

Referências Bibliográficas

AGENCIA BRASIL. Rio Sem Homofobia, funcionando precariamente, pode ter ajuda do BNDES. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/rio-sem-homofobia-funcionando-precariamente-pode-ter-ajuda-do-bndes>. Acesso em 20 de abril de 2017.

ARÁN, Marcia e MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. Rio de Janeiro: Physis, vol. 19, nº1, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100003. Acesso em 20 de abril de 2017.

BLOGUEIRAS FEMINISTAS. Transfeminismo é a ideia radical de que mulheres trans são mulheres. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2014/05/transfeminismo-e-a-ideia-radical-de-que-mulheres-trans-sao-mulheres/>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

BRASIL DE FATO. Casa Nem: a preparada da Lapa, Rio. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/04/28/casa-nem-a-preparada-da-lapa-no-rio/>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

CARVALHO, Mario e CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Rio de Janeiro: Sex., Salud Soc., nº14, agosto de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198464872013000200015&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 20 de abril de 2017.

DUARTE, C. F. Lapa: abrigo e refúgio da cultura popular carioca. In: XIII Encontro Nacional da ANPUR ENANPUR, 2009, Florianópolis. Disponível em: <https://cristovao1.wordpress.com/2010/05/23/lapa-abrigo-refugio-cultura-popular-carioca/>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

GENI. O Lâmpião da Esquina. Primeiro jornal gay de circulação nacional fez história. Disponível em: <http://revistageni.org/06/o-lampiao-da-esquina/>. Acesso em 20 de abril de 2017.

LEITE, Juçara Luzia. **República do Mangue – Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro 1954-1974**. Yends, 2005.

O GLOBO. Rio Sem Homofobia suspende serviços e demite. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rio-sem-homofobia-suspende-servicos-demite-18680688>. Acesso em 20 de abril de 2017.

OUTRA FREQUÊNCIA. Jornal O Beijo da Rua: Prostituta não é vagabunda. Disponível em: <http://www.outrafrequencia.org/2012/03/historia-jornal-beijo-da-rua-prostituta.html>. Acesso em 20 de abril de 2017

PENSE SUS. Integralidade. Disponível em: <http://pensesus.fiocruz.br/integralidade>. Acesso em 17 de abril de 2017.

PORTAL FORUM. As bichas e a ditadura militar. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/04/01/bichas-e-ditadura-militar/>. Acesso em 20 de abril de 2017.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930**. Paz e Terra, 2014.

RAMOS, Diana Helene. **“Preta, pobre e puta”: a segregação urbana da prostituição em Campinas- Jardim Itatinga**. Rio de Janeiro, 2015. Tese de doutorado do Programa de Pós graduação em Planejamento urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ.

REVISTA HOMINUM. Entrevista com o Dr. Luiz Mott: a homossexualidade no Brasil. Edição nº 19, outubro de 2016. Disponível em: <http://www.revistahominum.net/ojs/index.php/revista/article/download/68/pdf>. Acesso em 18 de abril de 2017.

RIO SEM HOMOFOBIA. Centro de Cidadania LGBT. Disponível em: http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/centro/ver/2_centro-de-cidadania-lgbt---capital. Acesso em 20 de abril de 2017.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Artes de acontecer: viados e travestis na cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX a 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/21757976.2016v23n35p90/32472>. Acesso em 30 de abril de 2017.

SILVA, Helio R. S. **Certas cariocas**. *Travesti e vida de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

SILVA, Helio R. S. Travesti: a invenção do feminino. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/16713837/travesti---a-invencao-do-feminino>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

SIQUEIRA, Monica S. Na Lapa tudo é permitido! A Lapa sob o olhar e a experiência de travestis das antigas. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30167/000673590.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.

VAINER, Carlos. **“Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”**. In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2011

VELASQUES, Maria Clara Chaves. A Lapa boêmia: um estudo da identidade carioca. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6701238-Muza-clara-chaves-velasques-a-lapa-boemia-um-estudo-da-identidade-carioca.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.